

Governo reduzirá seus

Orçamento

ia

Brasília, quarta-feira, 5 de dezembro de 1990 **11**

investimentos em 91

O programa de cortes em estudo no Ministério da Economia atingirá, também, os investimentos do Governo Federal para 1991, que sofrerão uma pequena redução em relação a 1990, em vez do crescimento de 20 por cento estabelecido no Orçamento Geral da União (OGU), em discussão no Congresso Nacional. A informação foi dada ontem pelo diretor do Departamento de Orçamentos da União, Cláudio Forghieri. Segundo ele, será feito um corte máximo de 10 por cento nas despesas governamentais no próximo ano (incluindo gastos em custeio e investimentos), e não mais 20 ou 30 por cento, como estava previsto originalmente.

O projeto do OGU prevê um total de investimentos de Cr\$ 307 bilhões (valores de maio passado) para 1991. Na hipótese desta rubrica apresentar crescimento zero — a mais otimista, na opinião de Forghieri, o total cairia para Cr\$ 256 bilhões. Na rubrica custeio, o OGU fixa despesas de Cr\$ 3,1 trilhões no próxi-

mo ano e, neste item, os cortes poderão avançar sobre cerca de Cr\$ 400 bilhões do total.

Forghieri informou que os técnicos do Governo concluíram que seria praticamente impossível promover uma redução adicional de despesas, além de 10 por cento, no próximo ano. “Se cortássemos acima desse percentual, não rasparíamos os ossos do Governo, mas sim, os quebraríamos” — afirmou. Observou que o projeto do Orçamento da União, em tramitação no Congresso, apresenta pouca margem para cortes.

O percentual exato de cortes sobre os gastos de custeio (salários, material de expediente, cafézinho etc) e investimentos (construção e manutenção de estradas, entre outros) será definido dentro de 15 dias. Até lá, o Congresso já deverá ter aprovado o OGU e a Receita Federal concluído um detalhado levantamento sobre a redução da arrecadação tributária de 1991, em função da recessão. Os cortes adicionais serão adotados para compensar a

queda da receita.

O volume de cortes será definido em decreto do presidente Fernando Collor. No dia 21, Collor ordenará pessoalmente a redução de despesas, durante reunião ministerial. Depois da definição do percentual de redução, caberá a cada órgão do Governo estabelecer o que cortará para atender a meta determinada.

Os cortes de despesas serão acompanhados de medidas para aumentar a arrecadação tributária, como a intensificação do combate à sonegação, aumento das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de bebidas alcoólicas e refrigerantes e modernização da sistemática de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR). Esta última medida poderá gerar um ganho extra de Cr\$ 20 bilhões em 1991, em valores de dezembro de 1990.

A intensificação do combate à sonegação terá início já no próximo dia 15.